



Índice

- 01** Funai deve apurar incêndio em casa de aldeia indígena, em Araquari
- 02** Será que o futuro Coordenador Municipal de Assuntos Indígenas de Campo Grande esteve presente na 'Conferência' ruralista?
- 03** Empresa terá que fornecer água e alimentos a famílias atingidas por vazamento de minério
- 04** Lançamento do Fórum Social Temático de Energia, dia 15/05, às 10h30, na Câmara dos Deputados
- 05** Povos Hupd'äh e Yuhupdeh do Alto Rio Negro (AM) discutem educação em seminário
- 06** Hánaiti Ho'Únevo Têrenoe – Grande Assembleia do Povo Terena: Documento Final
- 07** Seminário de Direito Indígena da UEA
- 08** Em RO, balanço da agricultura é bastante negativo por causa da cheia
- 09** Agricultura Familiar e Comunidades Tradicionais são discutidas em palestra
- 10** Campo Grande terá Coordenadoria Indígena
- 11** Assessores de ministro adiaram retirada de 'falsos quilombolas', diz vice-almirante
- 12** Comunidade quilombola realiza festa tradicional das mães
- 13** Estudantes universitários de baixa renda, indígenas e quilombolas receberão auxílio



financeiro

- 14** SC - Foco nas comunidades quilombolas
- 15** 75% dos quilombolas vivem na extrema pobreza
- 16** 1,2 milhões para preservar a cultura quilombola
- 17** Congregação 'Irmãs Lauritas' celebra centenário com encontro em Campo Grande
- 18** Munduruku são atacados com rojões por garimpeiros, comerciantes e prefeitura de Jacareacanga (PA)
- 19** Nota do Centro de Assessoria Jurídica Universitária sobre a atitude da IX Semana de Direito em relação às lideranças indígenas do CE
- 20** RJ – Projetos Interrompidos: repercussões da ditadura sobre a universidade, os trabalhadores e os povos indígenas, em 19 e 20 de maio
- 21** RJ – Congresso Intercultural Indígena Maraká'ànà – COIREM, de 04 a 09 de junho
- 22** Atenção: indígenas Munduruku estão sendo agredidos em Jacareacanga neste instante
- 23** A batida do tambor contra a tropa do trator- da resistência do povo de Queimadas, quilombo de Codó-Ma, contra o Grupo Costa Pinto
- 24** Nota de repúdio da ARPINSUL sobre o conflito agrário e criminalização de lideranças indígenas no RS
- 25** A Veja consegue se superar: vejam a nova versão sobre Rio dos Macacos!
- 26** Marcha “Nos Trilhos da Resistência”, realizada durante o “Seminário Internacional



Carajás 30 Anos”, em 08 de maio

- 27** A institucionalização dos conhecimentos indígenas
- 28** Questão indígena: Clima tenso cancela festejos de aniversário de Faxinalzinho (RS)
- 29** "Seria mais barato comprar outra área", diz prefeito de Faxinalzinho sobre tensão
- 30** LBV promove Campanha do Agasalho para ajudar aldeia indígena no Mato Grosso do Sul
- 31** Alunos descobrem cultura indígena



Funai deve apurar incêndio em casa de aldeia indígena, em Araquari

SÍTIO G1, 12.05.2014

*Família de índios Guarani morava em residência consumida pelo fogo.
Índios dizem ter visto moto e caminhonete rondando o local neste domingo.*

As causas de um incêndio em uma aldeia indígena de Araquari, no Norte de Santa Catarina, devem ser apuradas pela Fundação Nacional do Índio (Funai). O fogo foi registrado na madrugada deste domingo (11) em uma casa na Aldeia Jabuticabeira e pode ter sido criminoso.

De acordo com representantes da tribo Guarani, uma moto e uma caminhonete foram vistas no local momentos antes do incêndio começar. Membros da comunidade disseram que chegaram a perseguir os suspeitos, mas não conseguiram os alcançar.

O Corpo de Bombeiros Voluntários de Araquari chegou a ser chamado, mas a casa de madeira ficou totalmente destruída. Um casal e três filhos estavam dentro da residência quando o fogo começou, mas ninguém ficou ferido.

A casa pertence à aldeia e fica em uma área sinalizada com placas da Funai. Segundo reportagem da RBS TV, os índios dizem que vêm sendo ameaçados por pessoas que afirmam terem comprado parte da propriedade.



Será que o futuro Coordenador Municipal de Assuntos Indígenas de Campo Grande esteve presente na 'Conferência' ruralista?

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 12.05.2014

Tania Pacheco – Combate Racismo Ambiental

Com o título “Campo Grande terá Coordenadoria Indígena”, a Folha de Campo Grande noticia hoje, 12 de maio, declarações do prefeito Gilmar Olarte (PP), feitas na festa de 12º aniversário da Aldeia Água Bonita: vai [re?]criar a Coordenadoria Municipal dos Assuntos Indígenas, para “ampliar o atendimento das demandas por moradia, saúde, educação e infraestrutura nas comunidades, além de buscar financiamento federal para as obras”.

A matéria cita Gilmar Olarte – “A coordenadoria indígena facilita porque será possível mapear as necessidades mais urgentes” – e informa que já existem três nomes para o cargo, que será vinculado diretamente ao gabinete do prefeito: “dois de liderança terena e um guarani”. E acrescenta: “A nomeação está prevista para a durante esta semana”.

As aldeias da Capital que serão beneficiadas pela iniciativa, ainda de acordo com a notícia, são Darcy Ribeiro, no Noroeste, onde morariam 50 famílias, e Água Bonita, no Tarsila do Amaral, com 128 famílias.

Curiosamente, um dos indígenas presente à chamada “Conferência Estadual” montada pelos ruralistas na última sexta-feira, dia 9, foi o cacique Nito Nelson, da aldeia Água Bonita, guarani-kaiowá. E, contrariando as decisões da Grande Assembleia do Povo Terena, que na véspera lançara nota afirmando que “reafirmamos que eventual indígena que participar dessa audiência não estará respaldado na decisão dos conselhos dos povos indígenas. E qualquer pronunciamento individual não representa o posicionamento de nossas comunidades”, também estiveram presentes (ver AQUI) Marcio Justino, do Movimento Indígena Terena, e Danilo de Oliveira, presidente da chamada Associação Estadual dos Direitos dos Povos Indígenas e também terena. Este último, elogiou inclusive a realização da “Conferência”, afirmando que: “Fiquei muito contente com o convite para participar deste fórum, que tem como objetivo promover a paz”.

Coincidência interessante: existem três nomes para o cargo, “dois de liderança terena e um guarani”! Será que por acaso algum deles esteve presente à “Conferência” ruralista? Já que “a nomeação está prevista para a durante esta semana”, será que o nome do Coordenador Municipal dos Assuntos Indígenas por acaso será um dos acima citados?

Agora: o mais curioso de tudo mesmo é que a matéria omite totalmente é o fato de que a Coordenadoria de Assuntos Indígenas de Campo Grande não só já existia, como tinha titular, até ontem!!!



Empresa terá que fornecer água e alimentos a famílias atingidas por vazamento de minério

SÍTIO PR/PA, 12.05.2014

Vazamentos de caulim ocorreram na semana passada em igarapés de Barcarena, prejudicando ribeirinhos que dependem das águas para consumo e pesca

A Justiça Federal obrigou a mineradora Imerys Rio Capim Caulim a fornecer água e alimentos a famílias atingidas pelos vazamentos do minério caulim em igarapés de Barcarena, nordeste do Pará. O prazo para a entrega da água e dos alimentos é de 24 horas e começa a ser contado assim que a empresa for notificada, determinou decisão publicada em plantão da Justiça Federal neste final de semana.

O juiz federal Rafael Lima da Costa determinou que a empresa deve fornecer mensalmente 80 litros de água às famílias e R\$ 77 em alimentos por família atingida. O valor da alimentação deve ser aumentado em R\$ 35 por dependente menor de idade, até o limite de R\$ 262 por família.

As prestações mensais de apoio da empresa às famílias serão mantidas até que a Imerys Rio Capim Caulim demonstre, por estudos técnicos, que os igarapés impactados retornaram às suas características naturais, decidiu a Justiça. A multa em caso de descumprimento da decisão é de R\$ 5 mil por dia de desobediência à Justiça.

A decisão foi tomada com base em pedido do Ministério Público Federal (MPF) e do Ministério Público do Estado do Pará (MP/PA), que insistiram em uma análise do caso pela esfera federal da Justiça, porque os igarapés atingidos, Curuperê e Dendê, são terreno de marinha.

O procurador da República Bruno Araújo Soares Valente e a promotora de Justiça Viviane Lobato Sobral Franco apresentaram à Justiça laudo do Instituto Evandro Chagas que, pelas características dos resíduos gerados pelo processo de beneficiamento do caulim, não recomenda o uso das águas desses igarapés para consumo humano, lazer ou coleta de peixes e camarões.

"Não há como se negar, portanto, que, em decorrência do vazamento de caulim, tais famílias se encontram, ainda que temporariamente, privadas de elemento fundamental para sua sobrevivência, qual seja, as águas dos igarapés, as quais são usadas não só para a pesca e captura do camarão, mas igualmente para consumo", destacou a decisão judicial.

Histórico – No último dia 6, moradores da região dos igarapés atingidos denunciaram o vazamento ao MP/PA e ao MPF. No dia seguinte, a promotora de Justiça de Barcarena, Viviane Franco, esteve no local e constatou a irregularidade.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 82/ 2014

Brasília, 13 de maio de 2014.

No dia 8 os moradores flagraram um segundo vazamento. Técnicos do MP/PA fizeram um sobrevoo de helicóptero na região e confirmaram a nova ocorrência do problema. Peritos fizeram coleta de água para determinar a gravidade da contaminação, e as informações foram encaminhadas pelo MP/PA e MPF à Justiça Federal.

Íntegra da decisão (<http://goo.gl/mXSPxs>)

Ministério Público do Estado do Pará
Assessoria de Imprensa do MP/PA
<http://www.mp.pa.gov.br/>
<http://twitter.com/MPEPA>
imprensa@mp.pa.gov.br
(91) 4006-3586
(91) 4006-3487



Boletim de Notícias - Edição nº 82/ 2014

Brasília, 13 de maio de 2014.

Lançamento do Fórum Social Temático de Energia, dia 15/05, às 10h30, na Câmara dos Deputados

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 12.05.2014



O Fórum Social Temático – Energia (FST-Energia) é um espaço de encontro de organizações vinculadas à questão da energia no Brasil e no mundo. Ele atende à necessidade de refletirmos de forma ampla sobre os problemas criados pelas matrizes energéticas em uso ao redor do globo.

O FST-Energia é uma iniciativa da sociedade civil brasileira (autônoma em relação a governos, partidos e empresas) que visa fortalecer as articulações entre todos que lutam por novas formas de convivência entre as pessoas e com a natureza, na perspectiva da Justiça Social e Ambiental.

O FST-Energia se insere no processo de Fórum Social Mundial, no qual se prevê a realização de mais de 40 Fóruns Sociais em vários países. O evento tem como metodologia dar mesma importância à todas as atividades, que são propostas e organizadas pelos seus próprios participantes.

Porque Energia?

A eletricidade é fundamental em nossas casas, para iluminar ruas, mover indústrias e transportes. Para contarmos com essa energia, no entanto, será preciso construir grandes barragens, que inundam campos e cidades, expulsam moradores e pescadores da beira dos rios e indígenas de suas terras?

Será preciso queimar carvão em usinas termelétricas que alteram, junto com o combustível usado pelos carros, caminhões e ônibus; o clima e fazem a Terra ficar cada vez mais quente?

Precisamos de perigosas usinas nucleares que deixam lixo radioativo para nossos netos?

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 82/ 2014

Brasília, 13 de maio de 2014.

E os apagões que nos pegam de surpresa enquanto as contas não param de aumentar para dar lucro à grandes empresas?

Existe saída para isso?

A humanidade já encontrou formas mais limpas de produzir energia com outras fontes, como o sol e os ventos, bem como maneiras de descentralizar a produção a partir das casas, das fábricas e das comunidades, barateando custos e evitando desperdícios.

Serviço:

Data: 15/05

Horário: às 10h30

Local: Plenário 14 da Câmara dos Deputados



Povos Hupd'äh e Yuhupdeh do Alto Rio Negro (AM) discutem educação em seminário
SÍTIO ISA, 12.05.2014

Comunidades discutem estratégias adequadas à educação escolar indígena que garantam que seus modos próprios de ensino-aprendizagem sejam respeitados, valorizados e incentivados
Versão para impressão

A Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (Foirn) e a Fundação Nacional do Índio (Funai), em parceria com o ISA, promoveram, entre 18 e 30/4, encontros de educação escolar indígena que reuniram diversos clãs indígenas Hupd'äh dos interflúvios dos rios Uaupés, Tiquié e Papuri, no Alto Rio Negro, no noroeste do Amazonas.

Participaram dos encontros professores Hupd'äh, Yuhupdeh e Tukano, agentes indígenas de saúde, líderes comunitários, jovens e anciãos das comunidades de Barreira Alta (Rio Tiquié), Santa Cruz do Cabari (Igarapé Japu), Pinu Pinu e Waguiá (Rio Papuri) e Yuhupdeh, na comunidade de Guadalupe (Igarapé Ira).

A discussão, voltada às especificidades dos Hupd'äh e Yuhupdeh, teve o objetivo de promover o debate sobre a educação indígena e a educação escolar indígena e fortalecer os diferentes espaços de produção de saberes, visando construir estratégias culturalmente adequadas a esses povos, de contato recente, em relação à educação escolar e, ao mesmo tempo, garantir que seus modos próprios de ensino-aprendizagem sejam respeitados, valorizados e incentivados.

O seminário contou com a assessoria de Ivo Fontoura, antropólogo e coordenador do departamento de Educação da Foirn, Lirian Monteiro, antropóloga do ISA, Sirlene Bendazzoli, da Coordenação Geral de Índios Isolados e Recém Contatados da Funai, Claudia Bandeira, da Coordenação Geral de Promoção da Cidadania da Funai e Ana Lima, assistente social do Distrito Sanitário Especial Indígena (Dsei).

Os seminários dos Hupd'äh e Yuhupdeh fazem parte do projeto "Seminários de Educação Escolar Indígena", lançado em janeiro, na Casa do Saber da Foirn, no âmbito da política do Território Etnoeducacional e da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI). O projeto tem como objetivo realizar um diagnóstico ampliado e aprofundado sobre a realidade da educação escolar indígena nas cinco regiões administrativas do Rio Negro, além de promover o intercâmbio de experiências, propor melhorias e inovações de infraestrutura, metodologias de ensino, formação de professores indígenas, elaboração de projetos político-pedagógicos indígenas e, de forma mais ampla, aprofundar a discussão político-filosófica da educação escolar indígena e suas especificidades locais.

Educação indígena

Uma das discussões dos seminários tratou da educação indígena, lembrando que a ideia de
CONT.



escola chegou aos territórios Hupd'äh e Yuhupdeh como projeto de colonização, desconsiderando os diversos tipos de saberes, ciências e filosofias indígenas. Os indígenas observaram que a escola do Estado tirou a criança e o jovem dos ensinamentos dos pais, tios e avós, contribuindo para que os adultos de hoje esquecessem os diversos tipos de danças e de benzimentos, o que continua ocorrendo com os jovens.

Com a ajuda dos velhos, disseram que antes da chegada da escola do branco todos aprendiam o que lhes estava destinado. Ao atribuir um nome à criança, a partir de seu clã, um velho definia o tipo de conhecimento que ela aprenderia ao longo de sua vida, desenvolvendo esses conhecimentos em seu cotidiano com a família. Segundo os Hupd'äh, atualmente os jovens não se interessam mais pelos conhecimentos de seus avós, por isso os velhos não querem mais repassá-los, pois só ensinam se os jovens tiverem interesse em aprender. Como isso não vem acontecendo mais como antes, os velhos morrem e acabam levando todo o conhecimento embora com eles.

Professores e demais lideranças lembraram que, antes da chegada da escola, eles eram bem unidos e comiam todos juntos. Os benzimentos eram repassados nos dias de caxiri e em rodas de ipadu, dia e noite, para que seus filhos aprendessem. Destacaram que já perderam muitos conhecimentos, não possuem mais zarabatana, mas que ainda possuem arco e flecha e diversas técnicas de caça.

Observaram ainda que realizam o ritual do jurupari e dançam também o Karissu, mas se preocupam com seus filhos, que cada vez menos se interessam em participar deles, só valorizando as festas com forró e principalmente a banda "Forroboy". Contudo, informaram que as crianças, desde pequenas, já aprendem a fazer armadilhas para caçar calangos e, à medida que crescem, aprimoram suas armadilhas de caça.

Escola indígena

Durante o encontro, os Hupd'äh e os Yuhupdeh demonstraram possuir um grande interesse pela escola indígena por considerarem que ela respeita mais os conhecimentos indígenas, também traz os conhecimentos não indígenas e, sobretudo, tenta inserir os professores indígenas de suas próprias comunidades. Eles observaram, no entanto, que a Secretaria Municipal de Educação de São Gabriel da Cachoeira não vem valorizando esse princípio da educação escolar indígena, ao contratar professores de outras comunidades, sem levar em consideração as dificuldades que os pais dos alunos possuem para sustentar um professor de outro local.

Os participantes apresentaram suas experiências de, aproximadamente, nove anos como professores. De acordo com eles, antes as crianças Hupd'äh tinham somente professores de outros grupos étnicos. Como os Hupd'äh possuem experiências recentes na prática de ensino escolar, apontaram como principais dificuldades enfrentadas a não apropriação de metodologias de ensino que promovam a pesquisa e o processo de letramento em língua própria, bem como o ensino na língua portuguesa. Eles deixaram clara a importância de se realizar oficinas pedagógicas para a elaboração de materiais didáticos de qualidade para o trabalho com leitura e escrita em língua hup/yuhup, tukano e português para crianças e

CONT.



jovens.

A importância do letramento das crianças Hupd'äh, primeiramente em sua própria língua, foi bastante ressaltada. Os professores e demais lideranças Hupd'äh solicitaram apoio à Funai para a realização de oficinas pedagógicas que possibilitem a produção de material didático com os professores Hupd'äh. Os mesmos consideraram a importância de se produzir material, analisando que sem textos escritos na língua torna-se muito difícil o trabalho de letramento. Informaram também que não adianta só escrever na lousa, pois as crianças gostam de livros bonitos e com desenhos, assim elas ficam mais animadas em aprender a ler e escrever.

Os professores informaram que já ouviram bastante sobre a proposta da educação escolar indígena durante magistérios indígenas, seminários, encontros, projetos de educação. Sabem que ela é um direito legal, mas que a Secretaria Municipal de Educação não respeita os calendários específicos das comunidades e exigem que se cumpra a carga horária da cidade, alegando ser uma determinação do Ministério da Educação.

Algumas das perguntas apresentadas, a partir das reflexões em trabalhos de grupos, foram como fazer que a escola – no sentido indígena – incentive os conhecimentos que são produzidos em outros espaços, como na roça, em expedições de caça e coletas de frutos, em rodas de ipadu, durante os rituais das flautas sagradas, e como fazer com que os jovens se interessem pelos conhecimentos de seus pais e avós. Para tanto, os participantes destacaram a importância dos 200 dias letivos ao ano – exigidos pela Secretaria Municipal de Educação, mas não exigidos na legislação da Educação Escolar Indígena – contemplarem as atividades cotidianas fora da escola a partir de um calendário específico, construído pela comunidade, visando promover os diversos espaços de saberes em seus territórios. Outra reivindicação é que o período escolar, que consideram importante para aprender sobre o conhecimento de outros povos, não atrapalhe os processos educacionais propriamente Hupd'äh e Yuhupdeh.

Direitos sociais

Outro tema discutido durante o seminário foi o dos direitos sociais. Como proposta de atividade, foram divididos três grupos de trabalho para realizar o mapeamento de percursos na cidade de São Gabriel da Cachoeira, visando destacar os locais que os Hupd'äh e Yuhupdeh costumam frequentar na cidade, como instituições, comércios, locais de lazer e de estadia. O mapeamento desses espaços foi importante para iniciar um debate, ainda incipiente, sobre os programas sociais do governo e seus impactos no modo de viver desses povos. Programas como o bolsa-família e auxílio-maternidade têm provocado uma crescente ida dos Hupd'äh e Yuhupdeh à cidade, que por sua vez não possui estrutura para atender de forma adequada e eficiente essas comunidades.

Durante os debates dos grupos, a principal queixa dos Hupd'äh, Yuhupdeh e Tukano foi a morosidade do atendimento, na cidade, para aquisição de documentos e os auxílios do governo, o que os fazem perder muito tempo sem que tenham boas condições de estadia. Além desse problema principal, ficam doentes muitas vezes, sem alimentação adequada e expostos aos diversos tipos de violência urbana. Consideraram de grande urgência que São

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 82/ 2014

Brasília, 13 de maio de 2014.

Gabriel da Cachoeira estrutura-se para atender bem todos os grupos indígenas, enfatizando que querem ter acesso aos documentos e aos programas do governo sem precisar sofrer por longos meses na cidade e precisam retornar rapidamente à comunidade para dar continuidade aos cuidados com suas roças e casas.



Hánaiti Ho'Únevo Têrenoe – Grande Assembleia do Povo Terena: Documento Final
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 13.05.2014

Não iremos sentar-se a mesa com os ruralistas e seus deputados para negociarmos nossos direitos. A PEC 215 é uma afronta aos nossos direitos. A audiência convocada pelos Deputados Reinaldo Azambuja e Luiz Henrique Mandetta anuncia a retirada da mesa de resolução do Ministério da Justiça.

Aldeia Babaçu
Miranda – MS
07 a 10 de maio de 2014

Nós, lideranças indígenas do Povo Terena, Guarani, Kaiowá, Kinikinau, Ofaié, Kadiwéu e representante do Povo Pataxó, reunidos na aldeia Babaçu por ocasião da Grande Assembleia Terena (HÁNAITI HO'ÚNEVO TEREÑOÊ), entre os dias 07 a 10 de maio de 2014, lideranças e representantes das comunidades Aldeia Babaçu, Aldeia Argola, Aldeia Morrinho, Aldeia Lagoinha, Aldeia Cachoeirinha, Aldeia Passarinho, Aldeia Moreira, Aldeia Lalima, Aldeia Água Branca de Aquidauana, Aldeia Água Branca de Nioaque, Aldeia Esperança, Aldeia Taboquinha, Aldeia Buriti, Aldeia Cabeceira, Aldeia Brejão, Aldeia São João, Ñu Porã, Pacurity, Comunidade Nova Esperança, Ñu Verá, Sucury, Kurusu Ambá, Aldeia Bananal, Aldeia Ipegue, Aldeia Buritizinho e Aldeia Limão Verde, juntamente com os professores indígenas, acadêmicos e anciãos viemos a público expor:

O Conselho do Povo Terena, integra a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil – APIB, sendo a organização que congrega lideranças indígenas, professores indígenas, caciques, acadêmicos indígenas, rezadores, anciões e atua na defesa dos direitos dos povos indígenas, juntamente com o Conselho Aty Guasu Guarani Kaiowá, Povo Kinikinau, Povo Kadiwéu e Povo Ofaié.

Os povos indígenas vivenciam o período mais assombroso em sua história de luta, pois tramitam nos âmbitos dos poderes constituídos expedientes que visam retirar os direitos territoriais historicamente conquistados. O poder legislativo tenta a todo custo aprovar a PEC 215, proposta flagrantemente inconstitucional pois ataca nosso direito fundamental que é nosso território, nossa mãe, nossa vida! O poder executivo, por meio do ministério da justiça têm sistematicamente atacado nossos direitos quando propõe a mudança no procedimento demarcatório de terras indígenas.

O governo brasileiro adotou modelo de desenvolvimento que não contempla os povos indígenas. O Estado brasileiro está em mora com os povos indígenas, pois não cumpriu com seu dever constitucional de demarcar nossos territórios.

Repudiamos a mesa de negociação do ministério da justiça que tem o nítido objetivo de postergar os procedimentos demarcatórios. O POVO TERENA deu um voto de confiança ao governo brasileiro e até hoje não temos uma devolutiva concreta para a resolução das TERRAS
CONT.



INDÍGENAS TERENA. Enquanto sentamos a mesa para dialogar, os ruralistas avançam nas articulações contra nossos direitos.

Denunciamos a judicialização da demarcação da terra indígena. Em Mato Grosso do Sul os ruralistas e suas entidades representativas tem sistematicamente ingressado no judiciário para suspender os procedimentos demarcatórios.

Nós povos indígenas não aceitamos mais as políticas publicas impostas de cima para baixo, sem consulta e participação de nossas comunidades, seja na saúde, educação e sustentabilidade. Exigimos a observância dos princípios consagrados na Convenção 169 da OIT quando do relacionamento do Estado com nossas comunidades.

Encaminhamentos:

Exigimos justiça na apuração da morte do nosso guerreiro Oziel Gabriel, morto durante ação violenta da polícia federal no cumprimento de ordem judicial em ação de reintegração de posse;

Fica decidido que o Conselho do Povo Terena representará criminalmente deputados e demais políticos que instigarem e difundirem o ódio contra as populações indígenas;

Fica encaminhado que o Conselho do Povo Terena pleiteará junto ao Ministério da Educação programa de bolsa de pós graduação (Mestrado e Doutorado) específica para indígenas;

Fica encaminhado que o Conselho do Povo Terena pleiteará junto a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS e a Coordenação Geral de Educação Escolar Indígena do MEC, a equiparação da bolsa indígena ao programa do governo federal, visando à permanência do indígena no ensino superior;

Fica encaminhado que o Conselho do Povo Terena encaminhará as Instituição de Ensino Superior de Mato Grosso do Sul solicitação de criação de cursos de bacharelados nas diversas áreas de conhecimento específicos para indígenas;

Fica decidido que o Conselho do Povo Terena encaminhará ao Ministério Público Federal (MPF) pedido de providência para a implementação da Resolução 67/67 que trata da educação escolar indígena;

Exigimos que o Ministro da Justiça expeça portaria declaratória da Terra Indígena Taunay/Ipegue, em virtude de não existir mais a decisão judicial que impeça a demarcação. Fica decido que o Conselho do Povo Terena encampará articulação em prol da Portaria Declaratória de Taunay/Ipegue;

A Grande Assembleia do Povo Terena ratifica o nome do Sr. Hilário Kadiwéu para ocupar a coordenação do DSEI MS;

Fica encaminhando o DSEI MS tomará providencias no sentido de viabilizar estágios para

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 82/ 2014

Brasília, 13 de maio de 2014.

acadêmicos indígenas nas diversas áreas de conhecimento, podendo para isso firmar convênio com as Instituições de Ensino Superior de Mato Grosso do Sul;

Com relação a FUNAI, fica decidido que a coordenação da Funai – Campo Grande será reavaliado pelo Conselho do Povo Terena;

Fica decidido que a próxima Assembleia Terena será realizada na ALDEIA LALIMA, no mês de novembro de 2014;

Fica decidido que o Conselho do Povo Terena em parceria com a organização de professores indígenas articulará reuniões nas terras indígenas tendo como tema a educação escolar indígena e os desafios atuais;

Fica decidido que o Encontro da Juventude Terena será realizado na Comunidade Esperança, Terra Indígena Taunay\Ipegue no mês de setembro de 2014;

Fica decidido que um Encontro das Mulheres Terena será realizado no ano de 2014.

O poder executivo municipal devem respeitar a organização do Povo Terena!

Por fim, não iremos sentar a mesa com ruralistas e seus deputados para negociarmos nossos direitos. A PEC 215 é uma afronta aos nossos direitos. A audiência intentada pelo Deputado Reinaldo Azambuja e Luiz Henrique Mandetta anuncia a retirada da mesa do Ministério da Justiça.

Não iremos recuar nenhum palmo de terra conquistada.

É hora da retomada de nossos territórios, nossa educação própria e nossa autonomia.

Aldeia Babauçu, Terra indígena Cachoeirinha, Miranda (MS).

Povo Terena, Kinikinau, Ofaié, Kadiwéu e Guarani Kaiowá,

Povo que se levanta!

Conselho do Povo Terena

Aty Guasu Guarani Kaiowá

Povo Kinikinau

Povo Ofaié

Povo Kadiwéu

Representante do Povo Pataxó



Boletim de Notícias - Edição nº 82/ 2014

Brasília, 13 de maio de 2014.

Seminário de Direito Indígena da UEA
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 12.05.2014

**I SEMINÁRIO DE
DIREITO
INDÍGENA
DA UEA**

12 MAIO
Júlio José Araújo Júnior
Procurador da República
"Os direitos fundamentais dos povos indígenas às terras que tradicionalmente ocupam: Desafios ao reconhecimento."

13 MAIO
Bianor Saraiva Nogueira Júnior
Procurador Federal
"O Direito à diferença e a Constituição Federal de 1988."

13 MAIO
Caio Cezar de Figueiredo Paiva
Defensor Público Federal
"O Direito Penal, o Processo Penal e o Índio."

13 MAIO
Edilson Santana Filho
Defensor Público Federal
"Atuação da Defensoria Pública da União nos Direitos Indígenas"

LOCAL
Auditório da Escola Superior de Ciências Sociais
Av. Presidente Castelo Branco, 604, Cachoeirinha

DATA
12/05 e 13/05
19h às 21h30

INSCRIÇÃO
R\$20,00 - Acadêmicos
R\$40,00 - Profissionais

CONTATO
seminariodireitoindigenauea@hotmail.com

20 HORAS COMPLEMENTARES

UEA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAPÁ
Escola Superior de Ciências Sociais



Em RO, balanço da agricultura é bastante negativo por causa da cheia
SÍTIO GLOBO RURAL, 12.05.2014

*Paisagem ao longo do Rio Madeira mudou de cor, só se vê destruição.
Governo estuda formas de financiar o plantio para quem perdeu a produção.*

Em Rondônia, o nível do Rio Madeira está baixando e as famílias ribeirinhas começam a voltar para casa. Em muitos distritos de Porto Velho, a água arrasou as plantações e a situação é bastante precária.

A paisagem ao longo do Rio Madeira mudou de cor, as casas ficaram marrons depois da cheia, umas estão soterradas, outras desabaram e não têm condições de abrigar os moradores novamente.

Em São Carlos, a imagem é de destruição, parece que um furacão passou pelo local. Barcos foram arrastados para onde era uma rua no distrito.

A força da água destruiu a rede de energia elétrica. Os fios estão no chão. O distrito foi um dos mais atingidos pela enchente e virou uma vila fantasma. As 513 famílias que moravam lá foram levadas para abrigos em lugares secos ou para casas de parentes.

Mesmo com o anúncio do governo de que vai construir um novo distrito em um local mais alto, aos poucos já tem gente retornando. Juciane Vieira de Carvalho diz que voltou porque não tinha mais como viver de favor. Dos móveis que havia em casa, sobrou pouca coisa.

Outra dona de casa, limpa a cozinha com uma enxada. Ela e o marido estão há dois dias tentando tirar a lama que invadiu todos os cômodos. Do lado de fora estão os móveis que estragaram. Água por ali só tem quem tem motor bomba que puxe direto do rio.

José Gilmar vivia no local há 50 anos e diz que não tem mais como morar na casa.

Os prejuízos na agricultura também são grandes, boa parte dos ribeirinhos garantia o sustento com a agricultura familiar.

Em áreas como a beira do rio, os ribeirinhos plantavam milho, feijão, mandioca e melancia, mas tudo foi destruído pela cheia. Agora o que restou é muita lama. O distrito de Nazaré, que fica a uma hora de barco, era o maior produtor de melancia do Baixo Madeira, mas este ano não vai colher um fruto sequer.

Até para a pescar ficou ruim. José Lima Martins tinha uma banca de peixes. Ele vendia para tudo para a comunidade, mas agora chega do rio só com o suficiente para o almoço. E não reclama. "Consegui pescar pacu e está dando para sobreviver", diz.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 82/ 2014

Brasília, 13 de maio de 2014.

O governo de Rondônia ainda estuda formas de financiar o plantio para quem perdeu a produção e ainda não se sabe para onde serão levadas as famílias que não tiverem condição de voltar para casa.



Agricultura Familiar e Comunidades Tradicionais são discutidas em palestra

SÍTIO SURGIU, 12.05.2014

O defensor público Arthur Luiz Pádua Marques falou sobre a atuação da Defensoria Pública junto às diversas comunidades quilombolas no Estado

Encerrando o ciclo de palestras promovido pela Defensoria Pública do Tocantins durante a Agrotins 2014 os defensores públicos Arthur Luiz Pádua Marques e Pedro Alexandre Conceição Aires Gonçalves promoveram discussões sobre Comunidades Quilombolas e Agricultura Familiar, abordando os aspectos jurídicos, crédito rural, licenciamento ambiental, demandas coletivas e o acesso à justiça aos pequenos agricultores.

Uma plateia formada por jovens de várias comunidades quilombolas, funcionários do Incra, representantes de instituições bancárias, da Secretaria Estadual de Agricultura e Pecuária e pequenos produtores ouviram atentamente as explicações.

O defensor público Arthur Luiz Pádua Marques falou sobre a atuação da Defensoria Pública junto às diversas comunidades quilombolas no Estado, demonstrando o abandono e a falta de políticas públicas para essas pessoas. "Em cada visita nos surpreendemos com as condições encontradas. Faltam estradas, falta água tratada, fornecimento de energia, acesso à saúde e educação entre outros serviços essenciais". Aproveitou para mostrar fotos e depoimentos coletados nas comunidades durante as ações realizadas pelo Projeto Defensoria Quilombola e fez algumas ressalvas: "A agricultura familiar é a responsável por boa parte dos alimentos que chegam às mesas dos brasileiros; é uma falácia dizer que sem o agronegócio não teriam alimentos suficientes".

O defensor público Pedro Alexandre Conceição Aires Gonçalves também destacou a importância da Agricultura Familiar e do trabalho que o DPAGRA – Núcleo da Defensoria Pública Agrária, vem realizando em todo Estado. "A nossa maior demanda diz respeito à regularização fundiária. São pessoas que moram há várias gerações no mesmo local, sem possuir a documentação e com isso são constantemente pressionados para deixar o local onde vivem, sem saber os direitos que possuem e a quem devem recorrer. O nosso trabalho tem sido de esclarecer e levar as informações e ações que garantam o direito dessas famílias". O Defensor Público ainda falou sobre a questão do crédito rural.

O representante do Banco da Amazônia, Danilo Cavalcanti, disse que a instituição bancária possui crédito para atender aos pequenos lavradores e se colocou a disposição para ajudar e fornecer informações.

Ana Cláudia Matos da Silva, quilombola da Comunidade Kalunga do Mimoso, em Arraias, agradeceu a Defensoria Pública pela atenção dada às comunidades tradicionais. "Graças a esse trabalho hoje temos perspectivas de melhorias para as nossas comunidades, pois vivemos

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 82/ 2014

Brasília, 13 de maio de 2014.

isolados, sem acesso a muita coisa. A realidade hoje já começa a mudar graças às visitas e as cobranças feitas pelos Defensores às autoridades”.

Finalizando a palestra foi entregue ao secretário executivo de Agricultura e Pecuária, Rüter de Pádua, a Carta de Reivindicações das Comunidades Tradicionais e Pequenos Agricultores - Carta da Agrotins 2014 - fruto dos relatórios de atendimentos coletivos e audiências públicas realizadas pela Defensoria Pública em todo o Estado e referendado pela plenária composta pela sociedade civil, Defensores Públicos e Servidores, representantes da Coordenação Estadual Quilombola - Coeqto, Comissão Pastoral da Terra, APA-TO e integrantes dos movimento sociais.



Campo Grande terá Coordenadoria Indígena

SÍTIO FOLHA DE CAMPO GRANDE, 12.05.2014

Campo Grande terá sua Coordenadoria Municipal dos Assuntos Indígenas, como anunciou o prefeito Gilmar Olarte (PP) durante as comemorações do décimo segundo aniversário da Aldeia Água Bonita.

Segundo Olarte, a pretensão é ampliar o atendimento das demandas por moradia, saúde, educação e infraestrutura nas comunidades, além de buscar financiamento federal para as obras.

“A coordenadoria indígena facilita porque será possível mapear as necessidades mais urgentes”, pontuou Olarte.

Para compor o órgão, vinculado ao gabinete do prefeito, já existem três nomes, sendo dois de liderança terena e um guarani. A nomeação está prevista para a durante esta semana.

Como principal demanda entre as aldeias urbanas da Capital estão à construção de moradias, seguida da necessidade de melhor atendimento de educação, saúde e infraestrutura.

Na Darcy Ribeiro, no Noroeste, são 50 famílias aguardando para trocar barracos improvisados por casas. Já na Água Bonita, no Tarsila do Amaral, o número salta para 128 famílias.



Assessores de ministro adiaram retirada de 'falsos quilombolas', diz vice-almirante
SÍTIO BAHIA NOTÍCIAS, 12.05.2014

O vice-almirante Antônio Fernando Monteiro Dias, ex-comandante do 2º Distrito Naval da Marinha em Salvador, afirma, em reportagem da revista Veja, que assessores do ministro Gilberto Carvalho, da Secretaria-Geral da Presidência da República, estiveram envolvidos diretamente nas negociações em favor dos moradores do Quilombo Rio dos Macacos, na Base Naval de Aratu, localizada na Região Metropolitana.

De acordo com a publicação, os assessores de Carvalho também convenceram o juiz Evando Reimão dos Reis a adiar o cumprimento da ordem judicial de retirada de 46 famílias que vivem no local e seriam quilombolas "forjados", acusação já feita no começo do ano passado pelo vice-almirante, que passou à reserva em protesto contra os rumos do caso.

Entre os autodeclarados quilombolas, haveria pessoas do interior da Bahia e até mesmo nascidas em outros estados. Conforme a reportagem, um dos documentos enviados ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) para o reconhecimento do quilombo é forjado. Segundo a revista, o papel é datado de 1988 e traz um CEP que passou a existir apenas em 1992, além de um número de telefone com oito dígitos, o que não havia à época.



Comunidade quilombola realiza festa tradicional das mães

SÍTIO GRUPO SBC/MARAJÓ, 13.05.2014

No mais perfeito seguimento ao rito tradicional, a comunidade Santo Antonio do Camutá do Ipixuna, município de Gurupá, realizou no último fim de semana a 13ª edição da "Comemoração do dia das Mães". O evento reuniu centenas de moradores de comunidades pertencentes aos municípios de Gurupá, Porto de Moz e Almeirim. Pela manhã, aconteceu uma cerimônia religiosa que contou com a presença de progenitoras de várias idades, e após o término do culto, participaram de atividades recreativas, lá realizadas.

O prefeito do município Raimundo Nogueira também marcou presença no evento, inclusive, em nome de prefeitura de Gurupá, contribuiu com um boi pra auxiliar no habitual almoço com as mães. Na sequência à tarde, foram realizados dois torneios de futebol (feminino e masculino), ambos somando a premiação de 10 bois, onde 23 equipes só no masculino participaram da disputa. Ao mesmo instante da realização do torneio, acontecia a festa denominada "vesperal", comandada por DJ's do som Guerreiro 7 flechas e pela dupla Mateus e Tiago, onde os brincantes dançavam e se divertiram na mais absoluta harmonia.

O Sr. Coreolano Nascimento, coordenador da comunidade Santo Antônio, falou da importância do evento, e sobre o crescimento do mesmo a cada ano. "Estamos de braços e corações abertos para receber os visitantes. Antigamente, o povo daqui era desconsiderado, hoje, trabalha à organização, para que nossa comunidade possa ocupar de fato sua posição na sociedade, através da criação de associações, movimentos sociais, em fim, tudo que venha mobilizar o povo em busca de melhorias", concluiu.

Falando da organização da festa, um dos coordenadores, o vereador Nivaldo Nascimento, falou da necessidade de dar continuidade ao evento, dando importância às tradições culturais, que certamente contribuem com a integração das comunidades, tanto de Gurupá como também, dos municípios vizinhos, concluiu. A festa do dia das mães no Camutá do Ipixuna é uma forma de reconhecimento ao importantíssimo papel das mães, principalmente, daquelas que mais sofrem no dia a dia, para que seus filhos possam exercer a verdadeira função de um bom cidadão.



Estudantes universitários de baixa renda, indígenas e quilombolas receberão auxílio financeiro

SÍTIO DE FATO, 13.05.2014

O Ministério da Educação (MEC) lançou o Programa Nacional de Bolsa Permanência, que dará um auxílio financeiro para estudantes de baixa renda das instituições federais de ensino superior. Estudantes indígenas e quilombolas também serão atendidos pelo programa, que começará a repassar a bolsa a partir de junho deste ano.

A bolsa será concedida aos universitários que atendam os critérios da política de cotas, estejam matriculados em cursos com carga horária maior que cinco horas diárias e que tenham renda familiar mensal por pessoa de até 1,5 salários mínimos, ou seja, de R\$ 1.017,00. O valor da bolsa é de R\$ 400,00 e será pago por meio do Banco do Brasil.

Os estudantes indígenas aldeados que vivem em comunidades tradicionais indígenas reconhecidas e os quilombolas matriculados em universidades federais receberão R\$ 900,00 de apoio financeiro, independente do curso.

Para manter a bolsa, os estudantes deverão frequentar as aulas e ter um bom desempenho acadêmico. Os cadastros deverão ser aprovados pelas universidades e institutos federais e serão mensalmente homologados pelas instituições.

Poderão ser beneficiados tanto os estudantes que ingressaram este ano pela Lei de Cotas Sociais - a Lei nº 12.711/2012 - quanto os que preenchem os critérios e estão há mais tempo matriculados nas instituições.

As bolsas assistenciais poderão ser cumulativas com bolsas meritocráticas, como bolsas de pesquisa e extensão. O prazo máximo para o estudante continuar recebendo o benefício é até dois períodos além do tempo de conclusão do curso, caso, por algum motivo, atrase a graduação. Após esse prazo, a bolsa será cortada.

Cadastramento

O cadastramento de instituições e universidades no programa poderá ser feito a partir da próxima segunda-feira (13). Primeiramente, as universidades terão acesso e poderão cadastrar os pró-reitores de cada área como interlocutores. A partir de então, os estudantes poderão se cadastrar, explica o secretário de Educação Superior do MEC, Paulo Speller, que ressalta que o cadastramento será online, com duração permanente e atualizado a cada mês pelas universidades. As bolsas serão distribuídas conforme a necessidade de cada instituto.

O ministro da Educação, Aloizio Mercadante, afirma que a assistência estudantil é um investimento necessário para o desenvolvimento do País. "Se a pobreza começa no berço e na família, a superação da desigualdade está na democratização da educação de qualidade, que

CONT.



dê as mesmas oportunidades para todos. O grande desafio da política de inclusão no ensino superior é combinar inclusão social com excelência acadêmica”.

Na ocasião do lançamento, o ministro afirmou ainda que além da Bolsa Permanência, haverá apoio pedagógico aos estudantes. “Precisaremos de tutores para alunos que vem de escolas públicas com algum tipo de deficiência. Teremos o programa de tutoria para dar reforço pedagógico”, disse.

O ministro Mercadante diz que a assistência estudantil - moradia, alimentação, transporte e construção de bibliotecas - é prioridade do ministério e que não existe problema de recurso orçamentário. Ao todo, estão previstos para este ano, R\$ 650 milhões em assistência.

Lei de cotas

Válido inicialmente por dez anos, desde agosto de 2012, o regime de cotas sociais no ensino brasileiro garante 50% das vagas das universidades federais e dos institutos federais de educação, ciência e tecnologia aos alunos que estudaram durante todo o ensino médio em escola pública. Por isso, está excluído do sistema quem estudou em escola particular, mesmo que por curto período.

Cotas sociais

As cotas sociais permitem que os estudantes brasileiros das escolas públicas, grande parte deles com baixa renda familiar, tenham melhores condições de ingressar nas universidades públicas.

O total de vagas designadas aos alunos egressos de escolas públicas é dividido da seguinte forma: metade para estudantes com renda familiar bruta igual ou inferior a 1,5 salário mínimo per capita e metade para aqueles com renda familiar superior a 1,5 salário mínimo.

Para cada uma dessas condições de renda, um percentual das vagas é destinado a quem se autodeclarar preto, pardo ou indígena na mesma proporção em que esses segmentos são encontrados no estado onde está instalada a instituição de ensino, de acordo com o mais recente censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Cotas raciais

Incluídas nas cotas sociais, as cotas raciais são uma das principais medidas afirmativas adotadas em defesa da população afro-brasileira, pois proporcionará a inserção de contingente de negros na rede universitária do País. Afinal, há historicamente grande desproporção no número de universitários brancos (31,1%), pardos e pretos (13,4% e 12,8%, respectivamente), de acordo com Censo 2010 do Ministério da Educação. (Portal Brasil)



SC - Foco nas comunidades quilombolas

SÍTIO OBSERVATÓRIO QUILOMBOLA, 13.05.2014

Com o tema Quilombolas do Sul: sujeitos e práticas inicia nesta segunda-feira o XI Maio Negro e a 1ª Jornada de Africanidades, com o objetivo de dar visibilidade às comunidades quilombolas localizadas em Praia Grande e Garopaba.

O evento vai ocorrer hoje e dias 20, 25 e 29 de maio na Universidade do Extremo Sul Catarinense (Unesc) e nas escolas da rede municipal. Nesta segunda-feira, a partir das 19h30min, no bloco P da Unesc, sala 19, haverá uma mesa redonda com a antropóloga e pesquisadora do Núcleo de estudos de identidades e relações inter-étnicas (NUER) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) Raquel Mombelli e a Maria de Lourdes Mina, que é coordenadora do Movimento Negro Unificado (MNU) e coordenadora Estadual da Educação Quilombola.

"Estamos contribuindo desta forma para ampliarmos o debate em torno da luta destas populações pelo direito à terra, da sua ancestralidade negra, relacionada à opressão histórica sofrida e da importância do patrimônio material, imaterial e natural, que estas comunidades com suas memórias, sujeitos e práticas nos revelam", afirma a coordenadora do Centro de Documentação e Memória (Cedoc) e professora da Unesc, Lucy Cristina Ostetto.

Para a coordenadora da Coordenadoria de Promoção da Igualdade Racial de Criciúma (Copirc), da Secretaria do sistema de Educação, curso de História da Unesc, Geórgia dos Passos Hilário, o evento faz parte de uma construção de conhecimento e subsídio para que a Lei 10.639/03 seja levada para dentro das escolas. "É previsto a inclusão da história e da cultura africana e afro-brasileira nos currículos escolares, e através destas experiências será possível acontecer. Temos comprometimento em buscar com estas histórias e apresentá-las durante o Maio Negro".

Hoje também inicia uma exposição fotográfica, com o mesmo tema do evento, sendo que as fotos foram tiradas nas comunidades de São Roque, no município de Praia Grande, Aldeia, em Imbituba e Morro do Fortunato, em Garopaba.

Programação do XI Maio Negro de 2013 e 1ª Jornada de africanidades Quilombolas do sul: sujeitos e práticas

13 de maio

Mesa redonda com Raquel Mombelli (antropóloga e pesquisadora do NUER - Núcleo de estudos de identidades e relações inter-étnicas da UFSC) e Maria de Lourdes Mina (coordenadora do MNU - movimento negro unificado e coordenadora Estadual da Educação Quilombola)

Mesade abertura sobre a importância das comunidades quilombolas,o processo de identificação e reconhecimento destas comunidades em Santa Catarina. Suas Conquistas,e alguns entraves O papel do movimento negro nesta luta pelo direito à terra. A importância do registrodestas histórias parareconhecer as comunidades como sujeitos de direitos.



Boletim de Notícias - Edição nº 82/ 2014

Brasília, 13 de maio de 2014.

Exposição fotográfica "Quilombolas do sul: sujeitos e práticas"

Exposição de fotografias que nos remetem ao cotidiano das comunidades quilombolas de São Roque, Aldeia e Morro Fortunato.

Horário: 19h30min

Local: Bloco P - sala 19

20 de maio

Documentários Quilombolas Conversa com representante do IPHAN/SC a partir de um documentário que enfoca as comunidades quilombolas em Santa Catarina

Horário: 14 horas às 17 horas

Local: Bloco P - sala 19

25 de maio

A caminho das práticas: encontro com as comunidades Quilombolas - Viagem de estudo com os acadêmicos do curso de História

Horário: 7 horas às 12 horas

Local: Comunidade Quilombola de São Roque, Praia Grande/SC

29 de maio

Conferência: Quilombolas e legislação com Dr. Darlan Ailton Dias, procurador da República do Município de Criciúma/SC Conferência entorno da legislação que envolve os processos de reconhecimento de uma comunidade quilombola.

Horário: 19h30min

Local: Bloco P - sala 19

1ª quinzena de maio

EMEIEF Prof. Vilson Lalau- Docentes em viagem de estudos à comunidade Quilombola Morro Fortunato, município de Garopaba

História Afro brasileira para quem contou um ponto, outro inventou: sensibilização ao corpo discente na EMEIF Érico Nonnemacher COPIRC

Tribuna Livre Câmara de Vereadores/as de Criciúma

Data: 4 de junho de 2013

Horário: 19 horas

Local: Copirc

Colaboração: Milena dos Santos/Decom



75% dos quilombolas vivem na extrema pobreza

SÍTIO MERCADO ÉTICO, 13.05.2014

Sarah Fernandes, da Rede Brasil Atual

Relatório divulgado pelo governo federal reforça a visão de que faltam muitos passos para consolidar os direitos básicos das comunidades quilombolas. Das 80 mil famílias quilombolas do Cadastro Único, a base de dados para programas sociais, 74,73% ainda viviam em situação de extrema pobreza em janeiro deste ano, segundo o estudo do programa Brasil Quilombola, lançado na segunda-feira (6) pela Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir). Entre cadastrados ou não, eles somam 1,17 milhões de pessoas e 214 mil famílias.

Um dos principais motivos para a manutenção dos quilombolas na pobreza é a dificuldade de acesso a programas de incentivo à agricultura familiar, devido à falta do título da terra, que garante a posse das famílias. Segundo o relatório, das 2.197 comunidades reconhecidas oficialmente, apenas 207 são tituladas. Apesar das dificuldades, 82,2% viviam da agricultura familiar no começo deste ano.

"O perfil dos quilombolas é de agricultores, extrativistas ou pescadores artesanais, mas eles têm uma limitação de acesso à terra e não conseguem ser inscritos na Declaração de Aptidão do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), que dá acesso a políticas públicas", explica a coordenadora de Políticas para Comunidades Tradicionais da Seppir, Barbara Oliveira.

A estratégia para reverter o quadro será, segundo a coordenadora, transferir a responsabilidade de incluir os quilombolas na Declaração de Aptidão do Pronaf para o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) até o final desse ano. O órgão também deverá ajudar a acelerar a titulação das terras, feitas em geral pelo próprio órgão ou por governos municipais e estaduais. "A partir daí eles receberão assistência técnica rural e sua produção será certificada com o selo Quilombolas do Brasil, que agrega valor ao produto", conta Barbara. "O objetivo é fortalecer a produção".

Serviços

Os quilombolas têm menos acesso aos serviços básicos, como saneamento e energia elétrica, que o restante da população, segundo o relatório: 48,7% deles vivem em casas com piso de terra batida, 55,21% não têm água encanada, 33,06% não têm banheiro e 15,07% possui esgoto a céu aberto. Ao todo, 79,29% têm energia elétrica.

Um dos dados que mais chama a atenção, de acordo com Barbara, é o alto índice de analfabetos: 24,81% deles não sabem ler. A taxa de analfabetismo no país é de 9,1%, segundo a Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio (PNAD). "Apesar de termos

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 82/ 2014

Brasília, 13 de maio de 2014.

conquistado uma série de programas para educação quilombola, que garantem orçamento, capacitação de professores, material didático e equipamentos, há ainda um desafio muito grande para oferecer Educação de Jovens e Adultos e para ultrapassar a educação além do ensino fundamental, garantindo inclusive acesso ao ensino médio e à universidade”, afirma.

(Adital)



1,2 milhões para preservar a cultura quilombola

SÍTIO JORNAL DO SENADO, 18.11.2013

Capacitação, educação ambiental e fortalecimento institucional são os objetivos do edital lançado pela SEPPIR

Se no passado as comunidades quilombolas eram símbolo de refúgio de homens fora da lei, hoje representam o refúgio da cultura negra no país. Para preservar o que ainda resta destes grupos, a Secretaria de Política de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) está recebendo projetos que promovam a capacitação, a educação ambiental e o fortalecimento institucional das comunidades quilombolas. As iniciativas podem receber até 200 mil reais para colocar as ações em prática.

A chamada pública 02/2013 será encerrada no dia 27/5 e prevê a priorização das propostas apresentadas pelas próprias instituições representativas desses segmentos populacionais. Os projetos deverão seguir as seguintes linhas de ação:

- Capacitação de lideranças
- Desenvolvimento Local
- Direito ao território tradicional (abarcando também a dimensão ambiental)
- Mulheres
- Juventude

Confira todo edital e envie seu projeto

(http://www.seppir.gov.br/noticias/ultimas_noticias/2013/04/seppir-abre-chamada-publica-02-2013-com-enfoque-nas-comunidades-quilombolas).



Congregação 'Irmãs Lauritas' celebra centenário com encontro em Campo Grande
SÍTIO CIMI, 13.05.2014

Em celebração do centenário da Congregação 'Irmãs Lauritas', acontece em Campo Grande (MS) até esta quarta-feira (14) o "Encontro de Espiritualidade dos Povos Indígenas", entre povos com que trabalham com o tema, aprimorado e fortalecido pela dinâmica do Carisma da congregação das irmãs Missionárias Lauritas: 100 anos compartilhando a experiência de vida junto aos Povos Indígenas. O ritual dos Povos Indígenas Pai Tavyterã, Paraguai e o Povo Guarani Kaiowa do MS foi o impulso motivador do início da celebração centenária.

A breve apresentação dos povos indígenas presentes representando Chile, Paraguai, Bolívia, Brasil e missionários e missionárias não indígenas revelou o olhar profético no exercício de ver a realidade, ouvir o gemido do povo e de ir até eles foi o que se concretizou nas palavras, gestos e ritos e rituais manifestados. Na análise de conjuntura foi abordada a realidade indígena do Brasil frente a opção do governo brasileiro, o modelo desenvolvimentista agro-extrativista exportador, sendo este modelo o principal entrave para as demarcações dos Territórios indígenas no país e na América Latina, visto que o Mato Grosso do Sul é a situação mais emblemática do Brasil.

O Povo Guarani do Paraguai 'Pãi Tavyterã e os Guarani Kaiowá / Brasil em seus rituais celebraram a reverência a Mãe Terra, Tekoha Sagrado. Para os Guarani a própria história é sagrada. É uma palavra ritualizada. Cada celebração se põe a caminho. Esse caminho é a ponte para a humanidade porque une o humano com o Divino. O rosto guarani revelado para a humanidade.

Para esse povo as fronteiras nacionais os separam e devido a localização desses países algumas minúsculas coisas se modificam em seus costumes, como disse o professor Eliel Benites kaiowá guarani: "somos todos guarani, temos mais semelhanças do que diferenças entre nós" .

Dona Miliana Nhande si (nossa mãe) da comunidade Laranjeira Nhanderu afirmou que "Deus fez a terra para todos viverem nela, todos viverem da natureza e com a natureza, os peixes, as árvores, as cacacas para todos poderem viver dela, antes tudo era suficiente pra gente viver, mas os brancos querem acabar com tudo".

O Povo Originário, o povo indígena é o centro da Terra. Se o Povo desaparecer o mundo acabará, assim afirma o Povo Guarani, dizendo que Ñanderú Guasu pede a ajuda do seu povo no resgate da Mãe Terra.

Para encerrar o dia os guarani fizeram o ritual do Guahu e uma grande roda de Guaxiré onde todos os participantes do encontro dançaram.

Missionárias Lauritas

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 82/ 2014

Brasília, 13 de maio de 2014.

A Congregação das Missionárias de Maria Imaculada e Santa Catarina de Sena, conhecidas familiarmente como Missionárias Lauritas, nasce no seio da Comunidade da indígena em Dabeiba (Antioquia), Colômbia em 14 de maio de 1914. Quando as comunidades indígenas estavam abandonadas e numa época que era inadmissível que uma mulher trabalhasse sozinha na selva. A Jovem Laura corre a aventura de empreender o que ela chama de a Obra dos Índios.

Acompanhada de sua mãe mais cinco jovens corajosas, sai de Medellín em 05 de maio de 1914, depois de dez dias de viagem chegam a Dabeiba para se encontrar com os indígenas Embera Katio. Compreendendo a dignidade dos indígenas decidiu viver como eles na simplicidade, humildade e pobreza e desta maneira rompe com o preconceito e a discriminação racial que mantinham os líderes civis e religiosos da nação.

Atualmente as Missionárias Lauritas dão continuidade a esta missão e fazem presença em 21 países da América Latina, África e Europa trabalhando em favor das comunidades marginalizadas com especial atenção aos Povos Indígenas.

Irmã Emilia - Catequista Franciscana

Irmã Joana – Franciscana de Nossa Senhora Aparecida

Lídia Farias – Missionária do Cimi/MS



Munduruku são atacados com rojões por garimpeiros, comerciantes e prefeitura de Jacareacanga (PA)

SÍTIO CIMI, 13.05.2014

Por Renato Santana,
de Brasília (DF)

Cerca de 500 garimpeiros, comerciantes e membros do Poder Público de Jacareacanga (PA) atacaram 20 munduruku na manhã desta terça, 13, durante ação contra a presença dos indígenas no município. Dois munduruku acabaram feridos nas pernas depois de atingidos por rojões lançados pelos manifestantes anti-indígenas. Os munduruku temem por novos ataques nas próximas horas e a Polícia Federal foi acionada.

“Não podemos nem levar os dois feridos ao hospital porque tem ódio contra a gente por todos os lados. Manifestantes diziam que índios não têm direitos aqui em Jacareacanga”, afirmou uma indígena munduruku, presente durante o ataque, que aqui não é identificada por motivos de segurança. Os feridos são: Rosalvo Kaba Munduruku e Francineide Koru Munduruku. A Polícia Militar estava durante o ataque, porém ficou na retaguarda dos manifestantes que atacavam os indígenas e nada fez.

O ataque contra os indígenas não é aleatório, mas orquestrado e programado. No final da tarde desta segunda, 12, cerca de 200 indígenas munduruku desocuparam a prefeitura de Jacareacanga (leia aqui). Conseguiram um acordo com o Poder Público. Durante uma semana, os munduruku reivindicaram o retorno às aulas de 70 professores indígenas, que este ano não tiveram o contrato renovado pelo município.

Os indígenas então começaram a retornar para as aldeias, dispersas pelo rio Tapajós e seus afluentes. Na manhã de hoje, durante o ataque, um grupo de 20 munduruku tomava café na frente da casa de uma indígena, se preparando para a viagem de volta, quando foi surpreendido pela horda enfurecida.

Crianças e mulheres não foram poupadas. “Chegaram atacando mesmo, xingando a gente. Só foi o tempo de deitar no chão e correr para dentro da casa. Eu estava com meu bebê no colo e tive que me jogar para não ser acertada pela bomba (rojão)”, afirma a indígena munduruku.

Articuladores da violência

Entre os manifestantes anti-indígenas, os munduruku identificaram o secretário de Assuntos Indígenas de Jacareacanga Ivânio Alencar como o principal insuflador e líder da horda. Conforme indígenas ouvidos, Alencar gritava que os munduruku queriam tirar o direito dos moradores do município.

“Desde que começamos a manifestação pela volta dos professores ele (Ivânio) está contra a



Boletim de Notícias - Edição nº 82/ 2014

Brasília, 13 de maio de 2014.

gente. Só fala mal dos munduruku, coloca o povo da cidade contra a gente. Nossa reivindicação não era contra a cidade ou as pessoas que moram nela. Nunca quisemos isso”, declara a indígena.

Integrantes da extinta Associação Pusuru, fechada pelo próprio povo Munduruku durante assembleia no final do ano passado, estavam entre os manifestantes que atacaram os indígenas. Conforme lideranças, estes indígenas estão atrelados ao Poder Público de Jacareacanga e comumente defendem propostas que não atendem aos anseios do povo Munduruku, caso de grandes empreendimentos no Tapajós.

O vice-prefeito Roberto Crispim também estava na manifestação, que contou ainda com garimpeiros expulsos da Terra Indígena Munduruku pelos próprios indígenas, durante ação de fiscalização e proteção do território, em janeiro deste ano. Os garimpeiros, desde então, passaram a ameaçar os indígenas e a participar de ações anti-indígenas, caso da manifestação desta manhã.



Nota do Centro de Assessoria Jurídica Universitária sobre a atitude da IX Semana de Direito em relação às lideranças indígenas do CE
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 13.05.2014

“Hoje, a gente foi tratado como bicho nessa casa”. Tal frase, quando falada por um índio, tem pleno sentido em qualquer tempo e em qualquer lugar do Brasil. Durante a IX Semana do Direito, essas palavras ecoaram pelo auditório através de Cassimiro Tapeba, que, conjuntamente com cerca de 50 indígenas dos povos tapeba, pitaguary, anacé e tabajara, trouxe um pouco de realidade para uma faculdade que insiste no seu isolamento social.

Vivem, hoje, cerca de 19.000 indígenas em território cearense, habitando 23 terras próprias, das quais, apenas uma teve seu processo de demarcação e regularização devidamente concluído. É óbvio, portanto, que muito se tem para reivindicar de direitos historicamente negados, principalmente quando existe a possibilidade de fazê-lo frente ao ministério da Justiça, representado, em última instância, pelo próprio ministro José Eduardo Cardozo.

Apesar de o Ministro da Justiça não ter comparecido à Semana do Direito, não é de se estranhar que os indígenas tenham insistido em realizar a sua intervenção, afinal não é recente que a opressão dos índios encontra legitimidade na prática de juristas. Nessa perspectiva, infeliz é a conclusão de que os índios não possuíam motivos para se manifestar na Faculdade de Direito da UFC, que sob a luz de um ensino tecnicista e dogmático, forma juristas incapazes de realizar uma análise social crítica e de lidar com conflitos transindividuais.

Não é de se estranhar que a discussão tenha se restringido a questões meramente formalistas, como a de que categoria de bem público pertence a Faculdade de Direito ou da exigência do aviso prévio para a realização de manifestações. Esta abordagem legalista, que passa longe de reconhecer a profundidade da questão indígena, mostra como ainda precisamos avançar para possuir uma educação jurídica de qualidade e que seja capaz de lidar com questões complexas, muito além dos concursos públicos ou das provas do exame da ordem.

Logo que chegaram à Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará, os índios se depararam com portas fechadas. Ademais, mesmo quando foi tentada a conversa com os funcionários da Universidade, foi dito, de maneira truculenta e intransigente, que a ordem foi de proibir a entrada dos indígenas. Vale ressaltar que os diretores do Centro Acadêmico Clóvis Beviláqua (CACB) mantiveram uma postura bem parecida, principalmente quando expressavam a posição de manter os indígenas do lado de fora da FACULDADE com o objetivo de não atrapalhar o andamento da Semana do Direito que acontecia no AUDITÓRIO. A intransigência da atitude mostra como a Faculdade de Direito vem tendo uma relação cada vez mais distante dos movimentos sociais, que, na visão dos estudantes e da diretoria, apresentam, a priori, uma ameaça ao patrimônio da Universidade.

Lamentamos esse acontecimento e reconhecemos a importância de debater a questão indígena na Faculdade de Direito da UFC, abordando a sua totalidade e não reduzindo um fato político,
CONT.



como o caso da intervenção dos índios, a uma discussão abstrata situada no plano normativo das diferenças entre os tipos de bens públicos. Focados em debates abstratos voltados para os códigos, os acadêmicos do direito parecem não recordar que momentos importantes da história do Brasil passaram por ocupações de bens públicos de uso especial e que tal prática constitui em uma das poucas formas de pressionar instituições para que as demandas dos movimentos sociais se concretizem.

A forma limitada como vários estudantes e a direção da faculdade de direito lidaram com a situação é um forte indicativo de como a educação jurídica na UFC e em várias Universidades do Brasil ainda têm muito o que evoluir. Não é por acaso que boa parte dos processos de demarcação de terras indígenas estão estancados em instâncias do Poder Judiciário. Um primeiro passo é superar a arrogância jurídica e aceitar que nem todos os problemas possuem resposta na letra da lei. Se a situação dos indígenas passasse apenas pela questão legal, os índios cearenses, bem como os de todo o Brasil, não estariam até hoje travando lutas como a que foi travada na sexta-feira para possuírem suas terras demarcadas.

Como foi hipocritamente pontuado após a intervenção do movimento indígena, realmente a presença de todas as quatro etnias na Semana do Direito, assim como a leitura e a exposição de suas reivindicações, engrandeceu bastante o evento. Dessa maneira, será difícil esquecer como “uma das melhores faculdades de direito do Brasil” ficou sem resposta diante de problemas concretos não abordados na produção hegemônica do conhecimento jurídico.

Finalmente, nós do CAJU gostaríamos de declarar o nosso repúdio ao comportamento de membros do Centro Acadêmico Clóvis Bevilacqua e da administração do curso, perante uma simples intervenção de um movimento social, que fisicamente não causou nenhum abalo às estruturas da faculdade, embora tenha exposto o quão frágil é a nossa educação jurídica destaque no ranking da OAB.

“Teve um tempo que nós, para viver, precisamos nos calar. Hoje, nós, para viver, precisamos falar”.

(Pajé Luiz Caboclo – índio Tremembé do Ceará)

[Para ver mais sobre o incidente, clique AQUI <http://racismoambiental.net.br/2014/05/nota-do-centro-de-assessoria-juridica-universitaria-sobre-a-atitude-da-ix-semana-de-direito-em-relacao-as-liderancas-indigenas-do-ce/Lideran%C3%A7as%20Tapeba,%20Pituary,%20Anac%C3%A9%20e%20Tabajara%20s%C3%A3o%20impedidas%20de%20entrar%20na%20UFC>]



RJ – Projetos Interrompidos: repercussões da ditadura sobre a universidade, os trabalhadores e os povos indígenas, em 19 e 20 de maio
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 13.05.2014

Projetos interrompidos: repercussões da DITADURA sobre a universidade, os trabalhadores e os povos indígenas

19 DE MAIO

09h ABERTURA
José Sérgio Leite Lopes (UFRJ)
Daniel Araújo Reis Filho (UFF)
Geraldo Cândido (Comissão da Verdade do Rio)

10h - 13h TRABALHADORES RURAIS
José Francisco da Silva (CONTAG)
José Rodrigues Sobrinho (CUT)
Francisco Urbano Araújo Filho (CONTAG)
Josefa Reis (INCRA)

Coordenador: Moacir Palmeira (Museu Nacional-UFRJ)

14h - 15h Testemunho de Adriana Cardoso, filha de José Cardoso "Ferreirinha", ex-metalúrgico.

15h - 18h TRABALHADORES URBANOS
Benedito Santos (Fórum dos Anistiados dos Operários Navais),
Adelino Chaves (Presidente Associação dos Aposentados e Pensionistas da Petrobrás)
Ulisses Lopes (Sindicato dos Metalúrgicos)
José Adolar dos Santos (Sindicato dos Telefônicos)
Nilson Venâncio (ANAPAP - Associação Nacional dos Anistiados Políticos, Aposentados e Pensionistas)
Debatedor: Jardel Leal (DIEESE)

20 DE MAIO

09h - 12h CIÊNCIA E UNIVERSIDADE
Rodrigo Patto Sá Motta (UFMG)
Luiz Pinguelli Rosa (UFRJ)
Carlos Vainer (FCC-UFRJ)
Maria de Lourdes Fávero (UFRJ)
Coordenador: Ildeu Moreira (FCC/ IF-UFRJ)

12h - 13h TESTEMUNHOS

14h - 17h POVOS INDÍGENAS
Antonio Cabral (MPF-RJ)
Iara Ferraz (UFFJ)
Marcelo Zelic (Tortura Nunca Mais - SP)
Maria Rita Kehl (Comissão Nacional da Verdade)
Coordenador: João Pacheco de Oliveira (Museu Nacional-UFRJ)

Comissão Organizadora:
Beatriz Heredia (CBAE/ IFCS-UFRJ)
Elina Pessanha (IFCS-UFRJ)
Ildeu Moreira (FCC/ IF-UFRJ)
José Sérgio Leite Lopes (CBAE/ Museu Nacional-UFRJ)

Debatedor Geral: Alfredo Wagner Berno de Almeida (UFAM)

Colégio Brasileiro de Altos Estudos da UFRJ, Av. Rui Barbosa, 762, Flamengo.
Haverá certificados de presença.
Mais informações: www.cbae.ufrj.br e www.facebook.com/altosestudos

O Colégio Brasileiro de Altos Estudos Convida:

19 e 20 de maio de 2014

Colégio Brasileiro de Altos Estudos da UFRJ, Av. Rui Barbosa, 762, Flamengo.

Projetos Interrompidos: repercussões da ditadura sobre a universidade, os trabalhadores e os povos indígenas

Debatedor Geral: Alfredo Wagner Berno de Almeida (UFAM)

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 82/ 2014

Brasília, 13 de maio de 2014.

19 DE MAIO

09h Abertura

José Sergio Leite Lopes (UFRJ)
Daniel Aarão Reis Filho (UFF)
Geraldo Cândido (Comissão da Verdade do Rio)

10h – 13h Trabalhadores Rurais

José Francisco da Silva (CONTAG)
José Rodrigues Sobrinho (CUT)
Francisco Urbano Araújo Filho (CONTAG)
Josefa Reis (INCRA)

Coordenador: Moacir Palmeira (Museu Nacional-UFRJ)

14h -15h Testemunho de Adriana Cardoso, filha de José Cardoso “Ferreirinha”, ex-metalúrgico.

15h – 18h Trabalhadores Urbanos

Benedito Santos (Fórum dos Anistiados dos Operários Navais),
Adelino Chaves (Presidente Associação dos Aposentados e Pensionistas da Petrobrás)
Ulisses Lopes (Sindicato dos Metalúrgicos)
José Adolar dos Santos (Sindicato dos Telefônicos)
Nilson Venâncio (ANAPAP – Associação Nacional dos Anistiados Políticos, Aposentados e Pensionistas)

Debatedor: Jardel Leal (DIEESE)

20 DE MAIO

09h – 12h Ciência e Universidade

Rodrigo Patto Sá Motta (UFMG)
Luiz Pinguelli Rosa (UFRJ)
Carlos Vainer (FCC-UFRJ)
Maria de Lourdes Fávero (UFRJ)

Coordenador: Ildeu Moreira (FCC/ IF-UFRJ)

12h – 13h Testemunhos

14h – 17h Povos Indígenas

Antonio Cabral (MPF-RJ)

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 82/ 2014

Brasília, 13 de maio de 2014.

Iara Ferraz (UFRJ)

Marcelo Zelic (Tortura Nunca Mais – SP)

Maria Rita Kehl (Comissão Nacional da Verdade)

Coordenador: João Pacheco de Oliveira (Museu Nacional-UFRJ)

Comissão Organizadora:

Beatriz Heredia (CBAE/ IFCS-UFRJ)

Elina Pessanha (IFCS-UFRJ)

Ildeu Moreira (FCC/ IF-UFRJ)

José Sergio Leite Lopes (CBAE/ Museu Nacional-UFRJ)

Colégio Brasileiro de Altos Estudos da UFRJ, Av. Rui Barbosa, 762, Flamengo.

Haverá certificados de presença.

Mais informações: www.cbae.ufrj.br e www.facebook.com/altosestudos



Boletim de Notícias - Edição nº 82/ 2014

Brasília, 13 de maio de 2014.

RJ – Congresso Intercultural Indígena Maraká'ànà – COIREM, de 04 a 09 de junho
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 13.05.2014

COIREM
Congresso Intercultural Indígena Maraká'ànà

Venha
participar do
encontro de
povos
tradicionais, em
favor da
ancestralidade
e direitos
humanos.

Email:
coiremarakana@gmail.com

4 á 9 Junho

Local: UFRRJ – Seropédica – Rio de Janeiro

O povo RESISTE!!!

Site: www.comucoirem.wix.com/coirem



Boletim de Notícias - Edição nº 82/ 2014

Brasília, 13 de maio de 2014.

Atenção: indígenas Munduruku estão sendo agredidos em Jacareacanga neste instante

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 13.05.2014

Acabamos de receber a informação que políticos vinculados à Prefeitura de Jacareacanga e Câmara de Vereadores, juntamente com comerciantes e pessoas incitadas por estes estão, neste exato momento, agredindo com paus, pedras e bombas de efeito moral um grupo de indígenas Munduruku que há alguns dias estão realizando um protesto pacífico naquela cidade.

A situação é de grave confronto, com iminente risco de morte. Assim, solicitamos que todos(as) que possuam mais informações socializem, pois é urgente divulgar o que está acontecendo agora em Jacareacanga, local onde o contato por telefone, e muito mais por internet, é extremamente difícil.

Pedimos também que ajudem a divulgar esta situação.

-

Enviada para Combate Racismo Ambiental por Vânia Regina de Carvalho.



A batida do tambor contra a tropa do trator- da resistência do povo de Queimadas, quilombo de Codó-Ma, contra o Grupo Costa Pinto
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 13.05.2014

Em artigo, Diogo Cabral discorre sobre a vitória, ainda que parcial, dos quilombolas de Queimadas, Montabarro e Três Irmãos, no Maranhão, que obtiveram liminar na Justiça que os mantém em suas terras tradicionalmente ocupadas

Diogo Cabral* – Comissão Pastoral da Terra

Mateus 19:24: "...é mais fácil passar um camelo pelo fundo de uma agulha do que entrar um rico no reino de Deus

Queimadas, Três Irmãos e Montabarro são comunidades quilombolas localizadas no interior do Maranhão, na cidade de Codó, mata dos cocais, distante 350 km da capital, São Luís, cidade maranhense que concentra maior número de conflitos no estado, segundo a publicação Conflitos no Campo 2013, da CPT. Através de pesquisa realizada pelos quilombolas e pela Fetaema, Comissão Pastoral da Terra-Ma, Paróquia de São Raimundo e pela Ong Suíça "Cooperaxion", revelou-se, além de um território de valor histórico inestimável, formado por cemitérios, bosques com mais de 2 séculos, a resistência do tambor das comunidades, que estão envolvidas em um conflito agrário que perdura mais de 30 anos, contra a empresa do setor sucroalcooleiro Costa Pinto, sediada no Rio de Janeiro, responsável pela expulsão de centenas de famílias camponesas nas cidades de Codó, Caxias e Aldeias Altas, região de cocal e cerrado maranhense.

Falida com o desmantelo do programa Pró-Álcool, ainda na década de 1990, a empresa Costa Pinto parece ter "arrumado" parceiros comerciais internacionais, e agora pretende, com maquinaria industrial e intimidações, destruir quase 300 anos de religiosidade, festas tradicionais, lendas e mistérios tão ricos e presentes das matas de Codó, terra da Macumba!

Desde 2010, as investidas da empresa Costa Pinto contra as comunidades tornaram-se mais intensas. Em 2012, as lideranças locais passaram a ser alvo da sanha "empresarial" do agrobusiness e tornaram-se desenfreadas as ameaças contra suas integridades. José da Silva Pacheco, o Souza, ingressou no Programa de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos da Presidência da República, já no ano de 2013. A empresa passou a proibir o plantio de qualquer espécie e até mesmo a pesca no rio Iguará, que banha as comunidades.

Em 2013, a empresa Costa Pinto ingressa com Ação Possessória contra José da Silva Pacheco e contra o Padre Benito Cabeza Fernandes (Padre Bento), agente da CPT, objetivando que o primeiro não mais entrasse na comunidade (onde reside desde que nasceu) e que o segundo deixasse de realizar missas e visitas na comunidade. De início, foi concedida liminar em favor da empresa, imediatamente suspensa pelo Tribunal de Justiça do Maranhão, em recurso de agravo de instrumento, movido pela comunidade.

CONT.



Em 2014, além das constantes ameaças de toda espécie, empregados da empresa invadiram a casa da presidente da Associação Quilombola, Maria Romana e anunciaram, em alto e bom tom, que a partir deste ano, toda a comunidade terá que pagar aforamento (a corveia medieval) ao grupo empresarial Costa Pinto, cujo capital social de uma de suas empresas "é de R\$ 9.367.484,36 (nove milhões, trezentos e sessenta e sete mil, quatro- centos e oitenta e quatro reais e trinta e seis centavos), dividido em 26.500.000 (vinte e seis milhões e quinhentas mil) ações, sendo 18.110.100 (dezoito milhões, cento e dez mil e cem) ações ordinárias e 8.389.900 (oito milhões, trezentos e oitenta e nove mil e novecentas) ações preferenciais, com valor nominal de R\$ 0,35349 (trinta e cinco mil, trezentos e quarenta e nove centésimos de milésimos de Real) cada uma", segundo consta no diário oficial do Maranhão, datado de 20.03.2014. Por outro lado, há dezenas de famílias que dependem única e exclusivamente das roças de mandioca, milho, arroz, feijão, da criação de pequenos animais e que têm como único teto casas feitas de barro e cobertas de palha, muitas destas sem energia elétrica e saneamento básico.

Em razão das ameaças de expulsão de suas terras tradicionalmente ocupadas, os trabalhadores ingressaram em juízo contra a empresa Costa Pinto e conseguiram, em uma velocidade inédita, proteção possessória de seu território. O juiz titular da Primeira Vara de Codó, Rogério Pelegrini concedeu, em menos de 24 horas, decisão, deferindo e determinando a expedição do mandado de manutenção em favor dos quilombolas.

Na batida dos tambores da mata, que ecoam a vida e a resistência negra, as famílias quilombolas de Queimadas, Três Irmãos e Montabarro, com sorriso estampado, mãos calejadas e pernas firmes, seguem cantando: Eh, meu pai quilombo eu também sou quilombola, a minha luta é todo dia e toda hora!

*Assessor jurídico da FETAEMA e da Comissão Pastoral da Terra-MA



Nota de repúdio da ARPINSUL sobre o conflito agrário e criminalização de lideranças indígenas no RS

SÍTIO ARPINSUL, 13.05.2014

A Articulação dos Povos Indígenas da Região Sul repudia a ação, ou a falta de ação do governo federal, mais especificamente do Senhor Ministro da Justiça, que julgamos culpado neste fato que ocorreu no Rio Grande do Sul, que seria totalmente evitável, caso não nos enrolasse tanto, com tanta incoerência nesses diálogos paliativos e promessas furadas de resolver a situação das demarcações de terras.

Há vários anos este governo e sua cúpula é ciente que o problema estava por se acirrar mais e nada fez, se pronunciando apenas para fazer média com a classe latifundiária e com esses políticos da região que explicitamente demonstram ser anti-indígenas e contra os direitos dos Povos Indígenas. Até agora o que vimos e observamos foi promoverem cada vez mais o preconceito e desentendimentos entre os indígenas e os pequenos produtores da região. Por outro lado esses têm feito a sua parte de entrarem num entendimento e buscar uma solução para resolverem as questões fundiárias e o que o governo tem feito é desarticular todo esse diálogo, com suas propostas desconexas que coloca em risco o fim dos conflitos, ou até aumentando ainda mais, como vimos neste caso há alguns dias.

O problema não está nos Povos Indígenas, nem nos pequenos agricultores, nem nos que estão ocupando os territórios de boa fé ou não. O problema é realmente que governo não quer resolver isso. Não quer resolver, porque já existe um caminho constitucional e garantindo em lei de como fazer e demarcar as terras indígenas e fazer a regularização fundiária, e mesmo assim sempre tenta deslegitimar a garantia legal e manipular os nossos direitos para atender apenas o anseio capitalista e opressor do partido, dos latifundiários, dos grandes empreendedores e dos interessados nos territórios indígenas. Enquanto isso coloca os pequenos para brigarem entre si e os usam como massa de manobra nos seus interesses partidários, eleitoreiros e desenvolvimentistas, e depois vem com discurso que está buscando uma solução?

Nada a ver o que eles tentam fazer a gente engolir e agir pacificamente, querendo nos fazer acreditar que está do nosso lado e do lado dos nossos companheiros pequenos e sofridos produtores. Do lado nada! Vejam o que armaram contras as lideranças que foram criminalizadas e presas sem maiores esclarecimentos e sem provas. Vejam o que as autoridades, militares, exército e forças armadas fazem com nosso Povo por esse país afora. Mataram nossos pais, matam nossos filhos, nos oprimem, tomam nossas terras e ainda nos taxam de riscos à segurança nacional.

O esbulho das nossas terras e as intrusões foi promovido por eles mesmos, pelo estado, e agora não querem admitir suas culpas e mais uma vez querendo "dialogar" com as lideranças para mais uma vez nos enganar com suas promessas e tentar acalmar os ânimos. Eles já sabem o que é pra fazer. Eles têm inúmeros documentos. Já têm em suas mãos e nos seus

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 82/ 2014

Brasília, 13 de maio de 2014.

gabinetes nossas demandas. Por que não querem fazer? Por que não querem solucionar este conflito? Por que não querem a paz?

Não queremos mais ser enganados com tantas mesas de diálogos, mesas de enrolação, GT de Terras, GT de manipulação e nada de solucionar nossos problemas! Cada dia mais conflitos, mais mortes, mais criminalização, mais perseguições, mais violência, mais desesperos, mais desesperança. O que esse governo quer de nós?

ArpinSul, maio de 2014

A Veja consegue se superar: vejam a nova versão sobre Rio dos Macacos!
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 13.05.2014

Justiça

O FALSO QUILOMBO DO MINISTRO

Por interferência da Secretaria-Geral da Presidência, o governo ignora ordem de despejo em base naval da Bahia

O ministro Gilberto Carvalho, da Secretaria-Geral da Presidência, exerce, no governo, o papel de interlocutor com os movimentos sociais. É um cargo destinado a manter de prontidão grupos de agitadores profissionais que fingem defender causas, mas se mobilizam mesmo é por dinheiro. Carvalho cumpre essa função com muita eficiência e se desdobra para manter a fidelidade das legiões. Para isso, vale até compactuar com a tentativa de enganar a Justiça Federal, como tem ocorrido nos últimos quatro anos com uma ordem de reintegração de posse na Base Naval de Aratu, na região metropolitana de Salvador, na Bahia. O governo faz de tudo para protelar a decisão judicial de retirada de 46 famílias instaladas na base da Marinha. Por duas vezes, os assessores do ministro convenceram o juiz Evandro Reimão dos

Reis a adiar o cumprimento da decisão, sob a alegação de que estavam negociando a transferência dos invasores para outro lugar. Nos bastidores, porém, eles se autodeclararam quilombolas, descendentes de escravos com ligação histórica com aquele pedaço de terra. Ocorre que boa parte dos invasores é tão quilombola quanto Clint Eastwood é apache. Muitos nasceram no interior da Bahia e em outros estados. Nesse grupo se encontra até a centenária Luiza da Conceição, aprendizada como a memória viva do suposto quilombo. Um dos documentos enviados ao Incra para o reconhecimento do quilombo é forjado. Datado de 1988, o papel traz um endereço com CEP que passou a existir apenas em 1992 e um número de telefone com oito dígitos, mudança que só veio a ocorrer oito anos depois.

Mesmo assim, os invasores foram

considerados quilombolas por decreto e passaram a reivindicar metade da área da base, incluindo a barragem que fornece água aos militares. "As negociações a favor dos 'quilombolas' começaram a ser feitas por assessores da Secretaria-Geral da Presidência, que falavam em nome do próprio Gilberto Carvalho", diz o vice-almirante Antônio Fernando Monteiro Dias, que comandou o 2º Distrito Naval da Marinha em Salvador até dois meses atrás, quando passou à reserva em protesto contra os rumos do caso.

Em março, o juiz Reimão dos Reis determinou novamente a reintegração de posse e incluiu, em sua decisão, um desabafo: "A União, com visível desinteresse, tem procrastinado o cumprimento da ordem judicial". No entendimento do juiz, o fato de os posseiros terem sido transformados em quilombolas não muda em nada o processo inicial de reintegração de posse. Na semana passada, os emissários de Gilberto Carvalho ofereceram, apesar do parecer contrário da Marinha, uma área de 104 hectares para a demarcação do quilombo. Os posseiros, que em sua maioria sobrevivem de programas assistenciais, insistem em ficar com 301 hectares. Incentivados que foram pelo próprio governo, não se pode culpá-los.





OPORTUNISMO
Enquanto os assessores de Gilberto Carvalho (acima) trabalhavam para adiar a retirada dos posseiros da Base de Aratu (ao lado), criou-se a tese do quilombo

LEONARDO COUTINHO

veja | 18 DE MAIO, 2014 | 83



Boletim de Notícias - Edição nº 82/ 2014

Brasília, 13 de maio de 2014.

Marcha “Nos Trilhos da Resistência”, realizada durante o “Seminário Internacional Carajás 30 Anos”, em 08 de maio

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 13.05.2014

Carajás Trinta - Veja momentos da Marcha “Nos Trilhos da Resistência”, realizada durante o “Seminário Internacional Carajás 30 Anos: resistências e mobilizações frente a projetos de desenvolvimento na Amazônia oriental”, no dia 8 de maio de 2014, e que saiu do Bacanga em direção ao Centro de São Luís do Maranhão.

Indígenas, quilombolas, camponeses, pesquisadores, estudantes, militantes dos movimentos sociais, representantes de trabalhadores e áreas impactadas pelas atividades da empresa Vale ao redor do mundo – como Moçambique, Canadá, Europa e América Latina – marcharam “contra o desrespeito e o assassinato promovido pelas corporações com apoio dos governos”.

A Marcha conseguiu chegar à frente do Palácio dos Leões, sede do governo estadual, e depois seguiu para o Ato Show “Trilhos da Resistência”, realizado na Praça Nauro Machado, Centro Histórico da Capital Maranhense.

Durante o show, acompanhado por uma grande multidão que celebrava a resistência dos povos na praça, os artistas, além de cantar, falaram veementemente em apoio às comunidades e contra o latifúndio, num momento em que arte e militância se encontraram.

Detalhe para a retomada da Praça Pedro II, onde se localizam as sedes dos poderes judiciário e executivo estadual, bem como a prefeitura de São Luís, vedadas às manifestações populares há quase um ano.



A institucionalização dos conhecimentos indígenas

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 13.05.2014

João Paulo Barreto* - Amazônia Real

Educação indígena ou mesmo educação escolar indígena é assunto bastante complexo quando se fala em sistemas próprios de cada povo ou de como construir uma educação escolar indígena em um universo de diversidade cultural no mesmo território. Para alívio, a característica mais comum entre os povos seja a Oralidade como uma marca registrada de produção e de construção de conhecimento, mas ela implica uma série de outras práticas e fatores, que aqui não cabe discutir.

A institucionalização dos conhecimentos indígenas depara num desafio ainda maior, na medida em que, como expressa bem Justino Rezende, do povo Tuyuca:

“Muitos desses discursos entre os nossos sábios indígenas não são feitos apenas dentro de eventos grandes e públicos, mas são feitos nas conversas do dia a dia. Na roça enquanto cortam folhas de ipadu, folha por folha, enchendo o pequeno aturá, sentados de cócoras, exercitam sua paciência, meditam sobre o mundo que está aí e para onde vai a humanidade, para onde os homens e mulheres atuais pensam em caminhar e construir suas histórias. Esses pensamentos florescem quando se sentam nas casas rituais, comendo ipadu, fumando cigarro, passando um para o outro esses elementos geradores dos saberes. Os saberes novos surgem entre falas sérias intercaladas com gostosas piadas. As seriedades, brincadeiras, gargalhadas, apelidos são ingredientes que dão bom sabor aos ambientes dos saberes.”

Dentro dessa realidade é que se promove a Educação Escolar Indígena, onde valores e significados de cada povo estão em jogo. A liberdade de viver e pensar e a necessidade de organizar os territórios obrigam lançar mão dos modelos convencionais, do universo de conceitos objetivos ditos universais e alimenta uma Educação específica, intercultural e diferenciada de qualidade.

Fico pensando: qual seria o papel das instituições de produção e estudo dos conhecimentos indígenas? Na medida em que, o modelo de produção e de reflexão de conhecimentos indígenas é da ciência. Particularmente, me pergunto: o que seria um espaço para a Educação Escolar Indígena? Qual seria o papel, como um espaço de formação e de produção de conhecimento indígena?

A formação de especialistas indígenas, yai, kumu ou baya (no caso dos Tukano), e outras especialidades possui seu fundamento cosmológico e espaço próprio, onde o “corpomítico” é fundamento para a experiência cotidiana. Mais que isso, a formação dessas especialidades é específica em cada povo. Isto é, os Yanomamytêm seus fundamentos cosmológicos específicos para formar seus especialistas, assim como, os Tukano têm os seus; ou seja, seus rituais de iniciação, suas regras alimentares, abstenção sexual e bahsesse próprios para esta finalidade. Assim cada povo constitui sua cosmologia própria para formar seus especialistas.

CONT.



A provocação é, como conectar estas especificidades dos povos com os objetivos da instituição? Penso que, em princípio, essa iniciativa (escolas/instituto/universidade) seria um espaço de concentração de vários povos. Como um espaço democrático, ele pode oportunizar, por exemplo, a "reflexividade" sobre os conhecimentos indígenas, lançando mão dos métodos científicos, e assim, evidenciar conceitos, categorias de classificação de animais, vegetais especificamente indígenas.

Esta forma de estudo perpassa pela análise do sentido das narrativas míticas, produzindo texto com linguagem capaz de abrir um diálogo com a comunidade exterior, isto é, fora da aldeia. Tais produções podem levar a propositura de uma grade curricular de disciplinas como: Introdução à teoria dos conhecimentos indígena; Introdução ao estudo de narrativas indígena; Introdução ao bahsesse; Introdução ao bahsamori. Mas também introdução aos princípios de fermentação de caxiri, técnicas de construção de armadilhas, etc. Isso significa formar jovens estudantes indígenas capazes de refletir sobre os conhecimentos indígenas e não em especialistas indígenas nos moldes tradicionais.

De igual modo, esses espaços devem ser lugares de motivação para a formação de especialistas indígenas, abarcando a especificidade de cada povo, isto é, como uma profissão as especialidades yai, kumu ou baya (no caso dos Tukano) "reconhecimento público", de fato e de direito. Assim, quem quisesse formar numa especialidade indígena teria a mesma oportunidade de quem quisesse formar nas áreas da "reflexividade" sobre os conhecimentos indígenas.

Nessa lógica, os espaços institucionalizados de ensino seriam ao mesmo tempo lugares de produção de pensamento filosófico e tecnológico indígena, bem como de um espaço de formação de especialistas indígenas. Assim sendo, acredito que os conceitos indígenas ficariam evidenciados e prontos para um diálogo intercultural com a ciência.

*Indígena da etnia tukano, nascido na aldeia São Domingos em São Gabriel da Cachoeira (AM). É graduado em Filosofia e mestre em Antropologia pela Universidade Federal do Amazonas (Ufam).



Boletim de Notícias - Edição nº 82/ 2014

Brasília, 13 de maio de 2014.

Questão indígena: Clima tenso cancela festejos de aniversário de Faxinalzinho (RS)
SÍTIO NOTÍCIAS AGRÍCOLAS, 13.05.2014

No dia em que completou 26 anos de emancipação, Faxinalzinho não promoveu confraternizações entre a comunidade. Desde a morte de dois irmãos agricultores, abatidos no fim de abril por indígenas que bloqueavam uma estrada em protesto pela demarcação de terras, o município de 2,5 mil habitantes perdeu o clima para comemorações.

Todas as atividades foram canceladas e a população vive nesta segunda-feira um feriado — em alusão ao aniversário da cidade — de ruas vazias, silêncio e recolhimento no interior das casas.

Confira a notícia na íntegra no site do Zero Hora



"Seria mais barato comprar outra área", diz prefeito de Faxinalzinho sobre tensão SÍTIO AGORA JÁ, 13.05.2014

Selso Pelin, que está em Brasília para Marcha dos Prefeitos, não acredita que acordo entre agricultores e indígenas sairá logo

Prefeito de Faxinalzinho, Selso Pelin (PPS) é cético quanto à possibilidade de um acordo rápido entre agricultores e indígenas para o conflito agrário no município gaúcho. Desde esta segunda-feira em Brasília, onde participa da Marcha dos Prefeitos, Pelin conversou com a reportagem. Confira a seguir trechos da entrevista.

Como ficou o clima em Faxinalzinho após as prisões dos indígenas?

Criou um mal-estar, pois para alguns indígenas ficou o entendimento de que foi uma montagem da prefeitura e da Secretaria de Desenvolvimento Rural do Estado. O secretário Elton Scapini tentou se colocar na frente do cacique, mas o policial disse que se ele interferisse seria preso.

A operação ocorreu em um momento adequado?

A Polícia Federal cumpriu um mandado judicial. Segundo eles, não teria estratégia melhor do que prender ali, fora do acampamento, pois lá poderia ter um revide por parte dos índios. Agora, depois das prisões, estão falando na cidade que vim a Brasília fugindo, uma mentira.

O que o senhor veio fazer em Brasília?

Vim para Marcha dos Prefeitos, que estava agendada há meses. Por que eu estaria fugindo, se não fui ameaçado pelos indígenas? Não quero que ninguém tenha seus direitos desrespeitados. Inclusive, tentei hoje uma audiência com o ministro da Justiça (José Eduardo Cardozo) e fui recebido por uma assessora. Vou seguir tentando até sexta-feira, quando volto para Faxinalzinho.

E o que o governo passou para o senhor?

Pelo o que entendi, tudo leva para a demarcação. Só que os produtores já disseram que não saem das terras em hipótese alguma. O governo sinaliza indenizar apenas benfeitorias, mas um hectare na região vale R\$ 60 mil e produz mil sacas de soja. Seria mais barato comprar outra área para os indígenas. Os ânimos estão controlados, mas o maior medo fica para depois que os policiais começarem a sair de Faxinalzinho.

O senhor acredita em uma resolução rápida da disputa?

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 82/ 2014

Brasília, 13 de maio de 2014.

Vamos esperar a reunião do dia 22, aqui em Brasília, com produtores e índios. Acho meio improvável que aconteça a conciliação de primeira mão. Talvez seja uma das tantas reuniões que a gente já teve e que vamos ter ainda.



Boletim de Notícias - Edição nº 82/ 2014

Brasília, 13 de maio de 2014.

LBV promove Campanha do Agasalho para ajudar aldeia indígena no Mato Grosso do Sul

SÍTIO BBC NEWS, 13.05.2014

Em virtude de queda nas temperaturas, a partir deste mês de maio, em cidades do Mato Grosso do Sul, em especial, Dourados, a Legião da Boa Vontade (LBV) estará promovendo a Campanha do Agasalho 2014: a Boa Vontade aquecendo os corações!.

O objetivo é arrecadar agasalhos, moletons, roupas de lã, cobertores e sapatos, principalmente peças infantis. As doações serão entregues às famílias indígenas da aldeia Bororó, que são cadastradas e acompanhadas pelo Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) de Dourados.

Os donativos serão entregues no dia 10 de junho. As pessoas interessadas em colaborar para a campanha devem procurar os postos de coleta disponibilizados pela LBV em Campo Grande/MS.

Posto de arrecadação:

Centro Comunitário de Assistência Social da Legião da Boa Vontade

Av. Günter Hans, 5.055 — Jd. Aero Rancho, Setor VII

Para obter outras informações sobre a campanha e os demais postos de arrecadação, basta ligar para o tel. (67) 3378-1700 ou acessar o site www.lbv.org.br.



Alunos descobrem cultura indígena

SÍTIO GRUPO CORREIO DO SUL, 13.05.2014

Segundo o intelectual e crítico literário Edward Said, "Começar não é apenas um tipo de ação; é também um estado de espírito, uma atitude, uma consciência". O simples ato de 'começar', gerado em uma aula de geografia da Escola Municipal Professora Nair Alves Bratti, de Sombrio, levou os alunos da classe de aceleração a percorrer uma longa viagem pelo conhecimento em torno de vivências indígenas, passando por estudos sobre a herança alimentar e resultando em uma palestra sobre arqueologia, ministrada por universitários da Unesc na manhã desta segunda-feira.

"A ideia toda se originou quando fazíamos estudos sobre alimentos nativos de cada região brasileira. Daí em diante o projeto se tornou interdisciplinar", explica Rosemere Araújo, professora de Geografia. O objetivo inicial era mostrar aos seus 23 alunos que muitos dos alimentos hoje consumidos e que muitas vezes ligamos a cultura trazida por colonizadores europeus, na verdade são heranças das tribos indígenas que viveram nas Américas durante milhares de anos. "Quando falamos em polenta, por exemplo, logo lembramos dos italianos. Mas o milho era cultivado pelos índios. Ao chegarem aqui, não encontrando o trigo, os colonos tiveram que adaptar-se aos alimentos que dispunham, muitas vezes observando a alimentação dos povos indígenas", menciona a professora. Depois, com o desenvolvimento das atividades também em outras disciplinas, veio a motivação para montar painéis em mosaico, utilizando azulejos, madeira e cola, a exemplo de outro projeto que ganhou grande destaque na escola em 2011, quando painéis descrevendo a cultura de Sombrio foram exibidos durante a 18ª edição do Açor, a festa da cultura açoriana.

Arte em azulejo

Sob coordenação da professora Cleimar Scheffer Ramos e com apoio da Secretaria Municipal de Educação, nove painéis em mosaico foram desenvolvidos, mostrando alguns dos principais alimentos que até hoje são consumidos pelas famílias sombriense e têm sua origem nos povos indígenas que habitavam não somente a região, mas praticamente toda o continente americano. "É o caso da mandioca, o milho, o tomate, a batata doce, a banana e tantos outros alimentos que muitas vezes achamos que foram introduzidos pelos colonizadores", cita Rosemere. Para exibição dos resultados do projeto aos demais alunos do 6º ao 9º ano, um evento especial foi organizado. Cerca de 250 alunos foram reunidos no auditório da instituição de ensino e puderam participar de palestra ministrada pelos acadêmicos do curso de História da Unesc, Richard Ronconi e Diego Mozart, que explanaram sobre arqueologia e os estudos a respeito dos povos indígenas que habitaram tanto o litoral quanto as encostas da região.

Munidos de amostras de cerâmica, pontas de flechas e até um machado de pedra lascada, os palestrantes não tiveram problemas em atrair a atenção dos alunos para os dados históricos envolvendo desde os hábitos alimentares até os locais de moradia de tribos Guarani, Xokleng e

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 82/ 2014

Brasília, 13 de maio de 2014.

outras que habitaram a região. "As tribos Guarani viveram no litoral de Santa Catarina por cerca de mil anos e os açorianos foram os que mais absorveram a sua cultura aqui na região", afirmaram, explicando alguns hábitos como o do consumo da mandioca. Finalizando o dia especial, alunos, professores e convidados conheceram os nove painéis que foram instalados nas paredes do refeitório da escola, além de serem recepcionados com uma degustação de alguns dos alimentos mencionados ao longo do projeto.

Fonte: Correio do Sul